

Datas essenciais do Parque Arqueológico do Vale do Côa (1989-2011)

FERNANDO REAL*

RESUMO

A descoberta de gravuras do Paleolítico, no ambiente natural das margens do rio Côa, conduziu a um processo que obrigou a opções difíceis e que do ponto de vista da gestão *foi complexo, muito trabalhoso e algo atípico*. Desde a decisão de salvar o Património arqueológico no Vale do Côa (PAVC) em 1996 até à inauguração do Museu em 2010, houve instabilidade política com as normais alterações de orientação estratégica, quando há mudanças no Governo. Este processo cruzou 6 Governos a que corresponderam os mandatos de 8 Ministros da Cultura. Cerca de quatro centenas de pessoas participaram na construção deste Projecto, o que nem sempre foi fácil conciliar pontos de vista divergentes. O empenhamento de uma equipa pequena, mas coesa na procura do objectivo principal, foi a chave para ultrapassar as dificuldades que surgiram durante este tempo.

Apresenta-se um historial em datas desse processo, baseado na experiência profissional do autor, que a ele esteve sempre ligado.

A cronologia dos acontecimentos referidos, permitirá compreender como foi viável, ano após ano, conciliar decisões políticas com apreciações técnicas.

Tudo evoluiu dinamizando um processo assente no conhecimento e na investigação do património arqueológico, no planeamento coordenado de políticas integradas, no envolvimento da população e no contributo técnico de diferentes especialidades, aplicando a legislação relativa ao Direito do Património cultural e do Ambiente, procurando-se ainda com bom senso a harmonização entre o desejável e o que é possível concretizar.

Decorridos 15 anos, começa a ter resultados a estratégia seguida desde 1996: alargou o nome do Vale do Côa no mundo, deu-lhe importância e dignidade,

* Arqueólogo. Museu Nacional de Arqueologia. E-mail: mnaq.fernandoreal@imc-ip.pt

está produzida bibliografia e documentação técnica de elevada qualidade, há um fluxo crescente de turistas a procurar o Vale do Côa. Novos agentes económicos têm vindo a investir nas áreas de serviços e da agricultura, perspectivando-se desse modo, um desenvolvimento socioeconómico progressivo sustentável na região do Alto Douro. Reconhecidamente e apesar das dificuldades de percurso, Portugal sai beneficiado com este projecto cultural para o Vale do Côa. Para as siglas utilizadas no texto existe um glossário.

Palavras-chave: Gravuras rupestres – arte – Vale do Côa – património da humanidade – parque arqueológico – museu – arqueologia – desenvolvimento.

ABSTRACT

The finding of Palaeolithic engravings on the banks of the Côa River led to a process which forced difficult choices, and was complex, arduous and somewhat atypical from the viewpoint of management. Since the decision to safeguard the archaeological heritage in the Côa Valley, in 1996, until the Museum opening in 2010, there has been political instability and strategic direction alterations that are common when there are changes in government. This process has crossed six governments that matched the mandates of eight ministers for culture. About four hundred people took part in the construction of this project, which sometimes made it difficult to reconcile divergent points of view. The commitment of a small, but cohesive team in pursuit of the core objective has been the key to overcome the difficulties that came up during this period.

The present paper shows a timeline of the process, based on the professional experience of the author, who always stuck by it.

The chronology of the events referred to will help understand how it has been possible, year after year, to reconcile political decisions with technical assessments.

Things have worked out by applying the rules related to the Law on Cultural Heritage and the Environment, activating a process based on the knowledge of the archaeological heritage, the planning of integrated policies, the involvement of the locals and the contribution of experts from other fields. With common sense, one has sought to harmonize the desirable with the achievable.

After 15 years, the project is beginning to show results: it spread the Côa Valley name worldwide giving it importance and prestige. High quality literature and technical documentation has been produced, and there is an increasing flow of tourists demanding the Côa Valley.

New economic agents have been investing in the area of services and agriculture, being thus expected a progressive and sustainable socio-economic development in the Alto Douro region.

Despite the difficulties along the way, Portugal benefits from this cultural project for the Côa Valley that has been developed since 1996.

There is a glossary for the acronyms used in the text.

Keywords: Rock engravings – art – Côa Valley – world heritage – archaeological park – museum – archaeology – development.

ENQUADRAMENTO

Para Portugal um Estado de Direito Europeu, no cumprimento da Constituição da República, a protecção dos valores ambientais, é uma das suas obrigações, um dever cívico e tem sido uma preocupação constante dos sucessivos Governos. O Património cultural arqueológico inclui-se nessa categoria de valores ambientais. O carácter frágil e não renovável do Património arqueológico ameaçado de destruição com o revolvimento dos solos e a pouca sensibilidade da nossa sociedade, face ao valor e à importância relativa que tem para o desenvolvimento sócioeconómico e para o ordenamento do Território, tem provocado algumas situações em que se geram conflitos de interesses que são difíceis de harmonizar, levando por vezes a exageros na argumentação na defesa dos valores e dos interesses em causa e a uma «*conversa de surdos*» entre as partes envolvidas.

O processo da barragem projectada para o rio Côa, é um bom exemplo e um caso de estudo do empenhamento inicial da sociedade civil na protecção do património arqueológico, paisagístico e agrícola (vitivinicultura e olivicultura no Alto Douro), do funcionamento da democracia e do civismo a sobrepor-se a interesses económicos de curto prazo em favor de um processo cultural potenciador de outro tipo de desenvolvimento económico da região.

O Museu do Côa procura responder à carência de equipamentos indispensáveis à promoção do turismo e do lazer de actividades culturais, e é um testemunho da afirmação do papel do Estado na correcção de assimetrias regionais e do desenvolvimento sustentado do Território.

Por razões profissionais, teve o signatário que lidar com o «Processo do Côa», inicialmente na função de Director do Departamento de Arqueologia no então Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, depois como

técnico, mais tarde como dirigente do Instituto Português de Arqueologia e na fase final da construção do Museu, como coordenador do Grupo de trabalho criado no IGESPAR, quando da extinção do IPA em 2007. Em face da evolução dos acontecimentos nos últimos 20 anos, a Côa foi para nós um tema sempre presente, a acompanhar, coordenar equipas e a liderar processos em momentos críticos, alguns mesmo decisivos para, harmonizar as decisões políticas adoptadas, tais como a constituição de equipas credíveis de investigação e avaliação dos achados arqueológicos (1995), no auge polémica, ou o procedimento da classificação dos núcleos de gravuras rupestres como Monumento Nacional (1997) no então IPPAR, ou de projectos de conservação/valorização do património em risco, da alteração da localização do Museu em construção (2002) ou na realização dos sete concursos públicos (1998-2007) para a construção e instalação do Museu. Pretendeu-se tornar acessível e dar resposta a uma procura turística crescente, nacional e estrangeira, do riquíssimo Património arqueológico, associado à Paisagem. Tudo foi desenvolvido numa cadeia de iniciativas que procuraram acrescentar valor, sempre em benefício da população local, do Património arqueológico e do País.

A cronologia a seguir indicada situa no tempo muitas vivências marcantes da salvaguarda da Arte Rupestre no Vale do Côa.

Tema do interesse de Historiadores de Arte, Arqueólogos, Economistas, profissionais da Comunicação Social, técnicos do Património, Animadores culturais, Docentes nos vários graus de ensino, outros estudiosos das Ciências Sociais e Humanas e Público em geral, poderão encontrar aqui informação inédita que consta em processos no arquivo das instituições do Ministério da Cultura que trabalharam com o processo, designadamente, o IPPAR e a sua Direcção Regional do Norte, IPA e os seus serviços dependentes PAVC e CNART, IGESPAR e ainda a DGEMN – Direcção Regional do Centro bem como a Fundação Côa-Parque.

ANTECEDENTES

Data de 1949 a ideia de construir uma barragem no Côa pela empresa «Hidroeléctrica da Bacia do rio Côa», na altura em que estrategicamente o País decidiu passar a controlar o regime de cheias, que era anualmente um desastre para as populações das cidades ribeirinhas e simultaneamente produzir electricidade para abastecer o Norte do País e a zona industrial do Porto que estava então em franco progresso. Mais tarde, em 1959, a empresa transferiu para a «Hidroeléctrica do Douro» os direitos e obrigações relativas ao aproveitamento da energia das águas do rio Côa. Nesse ano é apresentado o Plano Geral do Rio Côa, que sofreu alterações em 1986, 1988 e em 1997.

1989

Primeiras referências técnicas da existência de gravuras rupestres do Paleolítico no Côa, em relatório de Avaliação do Impacte Ambiental (AIA).

A «*Empresa Geral de Fomento*» dando os passos necessários para uma nova fase do empreendimento, realiza o EIA com a participação do arqueólogo Francisco Sande Lemos da UAUM. No estudo, aquele arqueólogo faz notar e recomenda «*que se realizem prospecções apuradas na área de afectação*» do empreendimento, incluindo um «*exame minucioso do troço entre o local de construção da barragem e a Quinta de Santa Maria (Ervamoira), pois consideramos como altamente provável que existam muitas outras superfícies gravadas, neste momento cobertas por água*» da barragem do Pocinho, construída em 1982 no rio Douro, a jusante da foz do rio Côa. Esse EIA permitiu identificar 6 Sítios com arte rupestre nas margens do rio, dos quais 4 apresentavam pinturas e 2 gravuras ao ar livre com cronologia da Pré-história e da Proto-história.

1991

– Maio – A EDP – Porto apresenta publicamente o projecto base de aproveitamento hidroeléctrico, análogo ao de 1959.

– Setembro – Contrato para prestação de serviços entre a EDP e o IPPC – DRN, para a realização de trabalhos no domínio da Arqueologia para a construção de uma barragem hidroeléctrica no rio Côa. Aí é explicitado a necessidade de adopção de medidas de minimização de impacte sobre o Património Arqueológico e a realização de mais estudos de caracterização.

– 11 de Novembro – Audiência pública do EIA em Vila Nova de Foz Côa. A EDP no cumprimento da lei e revelando responsabilidade social, admite «*ser sua obrigação preservar a memória...dos vestígios arqueológicos situados na área a submergir*».

– Dezembro – Emitido o parecer da Comissão de Avaliação do EIA, onde se pode ler «*...abaixo da cota 230, existem pinturas rupestres de grande interesse científico, podendo existir mais pinturas a outras cotas... Na Foz da Canada do Inferno e de Vale da Figueira existem gravuras pré-históricas*». Considera ainda que a região em causa é relativamente pouco conhecida. Propõe que o projecto seja aprovado, condicionado à realização de estudos complementares sobre o património arqueológico, a ser realizado pelo IPPC.

1992

28 de Fevereiro – O Secretário de Estado da Energia autoriza «*a inclusão do projecto da barragem no Plano de investimentos da EDP, condicionado ao que se encontra legalmente estipulado, nomeadamente quanto ao Impacte Ambiental*».

– Abril – Celebração do contrato para a empreitada de construção da barragem. Os estudos de AIA ainda estavam inacabados, o que obrigou, à imposição

de condicionantes na fase do Projecto de Execução, de acordo com as Directivas comunitárias de protecção ambiental, em vigor.

– 1 de Junho – Extinção do IPPC, que se transforma no IPPAR (Dec – Lei n.º 106-F/92), com mudança de orientação política na área do Património, atribuindo às Direcções Regionais um papel mais interventivo. Dirigidas por arquitectos ou engenheiros sem formação ou conhecimento específico de arqueologia – e com pouca sensibilidade para o património arqueológico e, tomam decisões administrativas na aprovação dos relatórios técnicos de arqueologia de campo.

1993

– 22 de Março – A EDP e o IPPAR através da DRP assinam protocolo para financiar e renovar o contrato de 1991 «*com vista ao aprofundamento do estudo da área da albufeira prevista, da barragem de Vila Nova de Foz Côa, até à conclusão da obra, apontada para 1998, assim como uma eventual transladação de valores culturais que se justificasse*».

Retomado o trabalho de campo, este assunto decorre através da DRP/IPPAR que para as questões técnicas, despacha directamente com a Direcção do Instituto e faz aprovar os relatórios, sem passar pelos serviços de arqueologia centrais. À época, o Departamento de Arqueologia estava afastado do processo.

1994

– No final do Verão (Outubro?) ocorre um abaixamento não previsto das águas da barragem do Pocinho no rio Douro, cuja albufeira inunda parcialmente o vale do Côa, junto da Foz, o que permitiu à equipa do IPPAR observar e registar algumas das rochas submersas, até então desconhecidas. Simultaneamente, a Direcção do IPPAR-DRP e a EDP são informadas e decidem elaborar uma nota de imprensa; Nelson Rebanda, arqueólogo responsável pela equipa permanente do IPPAR-DRP, inclui os novos achados no relatório anual dos trabalhos arqueológicos.

– Outubro – Início das obras de construção da barragem do Côa, com o estudo do IPPAR ainda a decorrer. O contrato inicial da empreitada de construção era de 15.700.000 contos, isto é, cerca de 78 500 000€.

– Novembro – Novas gravuras paleolíticas são descobertas na Ribeira de Piscos, Vale Videiro e em Vale de Figueira, afluentes subsidiários do rio Côa. É dado conhecimento a arqueólogos nacionais ligados ao estudo da arte rupestre. Todos são unânimes que estamos perante uma descoberta excepcional.

O assunto é denunciado com combatividade¹ como um escândalo lesivo do nosso País e do Património Cultural, na imprensa nacional e internacional:

¹ Destacou-se a liderança da arqueóloga Mila Simão de Abreu.

The Financial Times, The New York Times, The Herald International Tribune, Expresso, Público, Diário de Notícias, entre outros meios de comunicação.

– 19 de Novembro – O jornal Público e posteriormente toda a comunicação social, durante um ano, notícia com intensidade a descoberta de um Património Cultural arqueológico de valor excepcional e a existência de um conflito de interesses. A barragem em construção impediria o acesso, o conhecimento e a fruição de milhares de gravuras de diferentes cronologias, da Pré-história à actualidade, que ladeiam as margens do rio Côa, identificado como sendo o maior santuário de arte paleolítica ao ar livre, do planeta.

– 20 de Novembro – A direcção do IPPAR reconhece publicamente a descoberta das gravuras do Paleolítico, negando ter conhecimento da sua existência em data anterior.

– 24 de Dezembro – Reestruturação orgânica do IPPAR (Dec – Lei n.º 316/94), com alteração das chefias na DRP e nova orientação estratégica em que, obrigatoriamente, todas as questões técnicas do Côa passam no Departamento de Arqueologia para análise e parecer, antes de serem submetidas a despacho da Direcção. Com a polémica instalada esta situação mantém-se até 1997, data em que o IPPAR é extinto e amputado com a criação de novos institutos, entre os quais o IPA (Dec – Lei n.º 117/97 de 14 de Maio)

– Dezembro – A equipa do IPPAR que realiza os trabalhos arqueológicos em curso no Vale do Côa é reforçada. Estes trabalhos desde o princípio de 1995 passam a ser acompanhados por dois especialistas em Arte Rupestre, António Martinho Baptista e Mário Varela Gomes. Os trabalhos decorrem durante 1995.

1995

– Janeiro a Outubro – Debate público apaixonado em Portugal e no Estrangeiro. A polémica torna-se um dos assuntos mais mediáticos, ano em que decorreu uma campanha para eleições legislativas. O assunto da «Barragem do Côa versus Gravuras rupestres» é tema central da disputa eleitoral, é discutido no Parlamento e nos mais diversos fóruns da sociedade civil.

– Junho – IPPAR publica brochura da autoria de Nelson Rebanda, com cartografia e breve caracterização dos Sítios detectados até Março de 1995. Segue-se outra publicação descritiva e documentada com levantamentos efectuados na Canada do Inferno por A. Martinho Baptista e M. Varela Gomes.

– 30 de Outubro – o Governo saído das eleições de 1 de Outubro (XIII Governo Constitucional) decide pela suspensão das obras e trata o Côa numa perspectiva Cultural, definindo outra política para a região, que foi a de ligar a cultura com desenvolvimento.

Sendo uma decisão que recolheu consenso no Governo, temos a informação oral de um dos protagonistas, que foi decisiva a avaliação feita pelo Primeiro-

-Ministro – António Guterres, Ministro da Cultura Manuel Maria Carrilho, Ministra do Ambiente Elisa Ferreira, Ministro do Equipamento, Planeamento e Administração do Território João Cravinho, Ministro das Finanças António Sousa Franco e Ministro-adjunto do Primeiro-Ministro José Sócrates.

– *Dezembro* – Criada por despacho do Ministro da Cultura a *Comissão instaladora do IPA*, presidida por Vítor Oliveira Jorge, sendo vogais António Carlos Silva e Luís Oosterbeck, (Dezembro de 1995 a Setembro de 1996).

– *18 de Dezembro* – 1.^a Reunião interministerial na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, para equacionar os desenvolvimentos do programa do Governo para o Vale do Côa. O Ministério da Cultura esteve representado por Vítor Oliveira Jorge, da Comissão instaladora do IPA.

1996

– *Janeiro* – João Zilhão é designado para coordenar a criação do PAVC. Nesse âmbito, nos meses seguintes, liderou a equipa de investigação científica que estabeleceu a cronologia da Arte Paleolítica do Vale do Côa e a equipa que preparou o dossiê de candidatura do Sítio à lista do Património Mundial, da UNESCO.

– *16 de Abril* – Resolução do Conselho de Ministros 42/96 – anuncia a intenção de edificar o Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa.

– *Setembro* – Alteração na orientação estratégica do MC para a Comissão Instaladora do IPA que passa a ser dirigida por J. Zilhão.

1997

– *14 de Maio* – É publicado o Decreto – lei n.º 117/97 que cria o IPA – Instituto Português de Arqueologia em cuja orgânica há duas Direcções de serviço, o PAVC – Parque Arqueológico do Vale do Côa e o CNART – Centro Nacional de Arte Rupestre, sediados em Vila Nova de Foz Côa.

– *Julho* – Nomeados os directores de serviço do PACV do CNAR, respectivamente: Fernando Maia Pinto e António Martinho Baptista.

– *Agosto* – O Governo formaliza junto da Unesco a candidatura da *Arte Rupestre do Vale do Côa* a Património da Humanidade.

1998

– *Janeiro a Dezembro* – O IPA prepara, o *Programa* a que deveria obedecer a construção do *Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa*, localizado no rasgo da barragem no sítio da Canada do Inferno.

– *2 de Dezembro* – UNESCO aprova a proposta do Governo Português e atribui a Classificação de Património da Humanidade aos *núcleos de Arte Rupestre do Vale do Côa*, na reunião realizada na cidade de Quioto (Japão).

1999

– *Março* – Realização de 2 Concursos Públicos Internacionais, respectivamente para as especialidades do *Projecto do Complexo Museológico e Administrativo do PAVC, na Canada do Inferno* (o projecto de arquitectura é de Fernando Maia Pinto – concurso IPA/1/99) e para o *Projecto de Engenharia para a Reemersão de um troço do rio Côa entre a Canada do Inferno e o Rego da Vide* (concurso n.º 2/ IPA/2/99). Este projecto pretendia repor a cota do rio Côa no início do Quaternário junto da Canada do Inferno, cujas margens têm rochas gravadas do Paleolítico e estão hoje submersas pela albufeira da barragem do Pocinho.

– *Julho* – O trabalho arqueológico de campo prossegue de forma sistemática e contínua, sendo divulgado em nova publicação (ver bibliografia referenciada)

– *29 de Dezembro* – Sessão, pública no CCB, de assinatura do Contrato para o *Projecto do Complexo Museológico e Administrativo do PAVC, na Canada do Inferno*, (N.º 1/ IPA/99-CPI de 29.12.1999, outorgado com a empresa AFA – Consultores de Engenharia Ld.ª, tendo ainda havido um adicional ao Contrato) e do

– Contrato para o *Projecto de Engenharia para a Reemersão da Canada do Inferno e de Rego da Vide*, (N.º 2/ IPA/99-CPI de 29.12.1999, outorgado com a empresa HIDROPROJECTO, Engenharia e Gestão, S.A).

2000-2001

– *Janeiro* – Início dos Projectos de arquitectura e especialidades, contratados a 29.12.1999.

– Desenvolvimento desses dois Projectos ao longo de três mandatos Ministeriais: Manuel Maria Carrilho, José Sasportes e Augusto Santos Silva, estando na fase de «Estudo Prévio» o do edifício do museu denominado *Complexo Museológico e Administrativo do PAVC* e o da *Reemersão da Canada do Inferno e de Rego da Vide* concluído, em ponto de aprovação em Março de 2002.

– *Setembro 2001* – No mandato de José Sasportes os Ministérios da Cultura e das Finanças acordaram indemnizar a EDP, pelos prejuízos e danos provocados pela paragem da construção da Barragem de Foz Côa. O encargo ascende a cerca de 2.500.000€.

2002

– *17 Março* – Novas Eleições legislativas: mudança de Governo a 6 de Abril (XIV Governo Constitucional; Primeiro Ministro Durão Barroso sendo Ministro da Cultura Pedro Roseta e Ministro das Cidades, do Ambiente e do Ordenamento do Território Isaltino Morais); há mudança de orientação política.

– *Abril* – J. Zilhão apresenta à Tutela carta de demissão do cargo de Director do IPA, pedido que é aceite a 12 de Maio.

– *14 de Maio* – O signatário (FR) é nomeado Director do IPA. Até essa data desempenhava desde 1998 a função de Director de serviços do Departamento de Gestão e Planeamento, no IPA.

– *20 de Junho* – Nomeação ministerial de uma Comissão, coordenada pelo signatário, para avaliar a situação do Museu, cujo projecto e local de implantação tinha sido rejeitado pela Tutela. A Comissão integrou técnicos do IPA e do IPM.

– *30 de Julho* – Entrega ao Ministro da Cultura do Relatório de avaliação do Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa elaborado pela Comissão.

– *23 de Novembro* – Decisão do Governo sobre o Relatório da Comissão após visita ao Parque Arqueológico dos então Ministro da Cultura Pedro Roseta e Ministro das Cidades, do Ambiente e do Ordenamento do Território, Isaltino Morais, que determinam a rescisão do anterior Contrato de Projecto para o Complexo Museológico e Administrativo do Côa e o recomeço do processo para a construção do Museu e sede do Parque Arqueológico, noutra local e com um novo Programa. O Contrato para a Reemersão do rio Côa entre a Canada do Inferno e a ribeira do Rego da Vide estava concluído e foi integralmente pago. A escolha do novo local recaí agora numa encosta da margem esquerda do Rio Douro, sobranceiro à foz do Rio Côa e à estação com o mesmo nome, da linha ferroviária Pocinho – Barca d’ Alva, na zona Norte do PAVC e perto de Vila Nova de Foz Côa.

Procura a nova localização aproximar o Museu da cidade e harmonizar o novo equipamento com o potencial turístico da navegabilidade e a paisagem do Rio Douro, também classificada pela UNESCO, em 2001, Paisagem Cultural da Humanidade.

– *Outubro* – O trabalho arqueológico de campo prossegue de forma sistemática e continuada, sendo divulgado em nova publicação (ver bibliografia)

2003

– *Fevereiro* – Mudança na direcção de serviços do PAVC. Fernando Maia Pinto termina a comissão de serviço sucedendo-lhe Alexandra Cerveira Lima

– *Janeiro a Dezembro* – Análise cuidada em estreita colaboração entre os serviços centrais do IPA e os seus serviços dependentes o PAVC e o CNART, o IPM, a CMVNFC e a OA para a revisão de Programas dos projectos de arquitectura e museologia e demais documentação;

– Realização de levantamento Topográfico do novo local para o Museu, preparação de respectivo concurso Público internacional, para trabalhos de concepção e realização das acções conducentes à aquisição e às expropriações de terrenos necessários à nova localização. Após cuidada ponderação, foi decidido seguir um modelo que englobasse todas as fases e todas as especialidades de Projecto (arquitectura, especialidades técnicas e museologia), de modo a tentar garantir um conjunto de estudos coordenados, completo e harmonioso, ganhando-se

tempo dessa forma, que começava a escassear para a execução financeira das verbas atribuídas no âmbito do III QCA – FEDER.

– 18 Novembro – Anúncio do Concurso Público para elaboração de novo Projecto de Arquitectura do Museu. As fases concursais seguintes decorrem durante 8 meses, em estreita observância do seu calendário.

O Júri do concurso é presidido pelo Director do IPA e integra representantes do IPM, IPPAR, da CMVNFC, da OA e da APAP e ainda como membro convidado, o Arquitecto Gonçalo Byrne.

Ao Concurso apresentaram-se 42 trabalhos, tendo sido apreciados pelo Júri 37. Cinco dessas candidaturas recepcionadas foram excluídas por irregularidades formais ao regulamento do concurso. Todo o processo concursal decorreu de forma harmoniosa e célere; contou com assessoria da empresa de consultoria – *Consulbarra, Serviços de Engenharia, Lda.*, coordenada pelo Eng. José Pedro Tavares.

2004

– 8 de Junho – O Relatório do Júri do Concurso ficou concluído a 7 de Junho; no dia seguinte é homologado pelo Ministro da Cultura Dr. Pedro Roseta.

– 17 de Julho – Alteração política. Nomeado o XVI Governo Constitucional

– 30 de Julho – Apresentação do resultado do Concurso e Envolvimento da população. Inauguração em Vila Nova de Foz Côa, da primeira mostra de trabalhos concursados, pela Ministra da Cultura Maria João Espírito Santo Bustorff Silva.

– 27 de Setembro – Contrato de Projecto outorgado com o Consórcio Externo em Regime de Responsabilidade Solidária constituído pelos Arqt.º Pedro Tiago Lacerda Pimentel (Arquitecto coordenador), Arqt.º Camilo da Cunha Bastos Rodrigues Rebelo e GOP – Gabinete de Organização e Projectos, Ld.^a (Chefe de Consórcio) liderado pelo Eng. Nunes da Silva. A ficha técnica completa deste empreendimento consta na publicação *Cadernos do Côa n.º 1*, que constitui um dos volumes do Catálogo do Museu (pág. 181-187).

– 18 de Novembro a 7 de Janeiro de 2005 – Segunda mostra dos trabalhos concursados. Apresentação em Lisboa, no Museu Nacional de Arqueologia, no Mosteiro dos Jerónimos da exposição inaugurada a 30 de Julho de 2004. Esta exposição foi completada com a apresentação de maquetas, realização de conferências e edição de catálogo. Houve uma grande participação de cidadãos interessados e da população em geral, através da comunicação social, que sempre deu ampla divulgação.

– 9 e 24 de Novembro, 15 de Dezembro e 7 de Janeiro 2005 – datas de apresentação e afinação do «Programa Base», em etapas sucessivas, pela entidade projectista, que contou com apreciações e pareceres do IPM (João Herdade), do PAVC (Alexandra C. Lima) e do CNART (António Martinho Baptista) e da equipa de consultores técnicos da, coordenada pelo Eng. Pedro Tavares da empresa *Consul-*



Grupos de visitantes com guias, no território do PAVC, no sítio da Penascosa, admirando a Arte do Côa.

barra, *Serviços de Engenharia, Lda.* Foi esta a fase determinante para o desenvolvimento do Projecto de execução.

30 de Novembro – Nova alteração política. O Presidente da República dissolve o Parlamento e convoca eleições. Nomeado o XVI Governo Constitucional

2005

– 28 de Fevereiro – Apresentação pela equipa projectista do «*Estudo Prévio*» que inclui o «Programa expositivo».

12 de Março – Alteração política. Tomada de posse do XVII Governo Constitucional, sendo Ministra da Cultura Isabel Pires de Lima. Reunião do director do IPA com a Tutela para apresentação do projecto e de decisões que careciam de resolução. É dado um voto de confiança e orientações específicas para dar seguimento ao Projecto do Museu.

– 19 de Abril – Aprovação condicionada do «*Estudo Prévio*», mas excluindo a Museologia, iluminação e sinalética museológicas.

Ouvido o IPM, e ponderada toda a informação, o IPA assume que o Caderno de Programa Expositivo apresentado não corresponde, no seu conteúdo, a uma fase de «*Estudo Prévio*» de Projecto museológico. Por outro lado o «*Estudo Prévio*» de arquitectura estava em condições para ser aceite. Tal não impediu a normal progressão do Projecto e passou a ser desenvolvido um caminho paralelo, sem descuidar a compatibilização entre o Projecto de Arquitectura e o Projecto Museológico. Para a Museologia (de Maio de 2005 a Outubro de 2007) o Consórcio projectista recorreu a Consultoria externa, tendo como Consultores Técnicos a APOM – Associação Portuguesa de Museologia, sendo interlocutor o António Nabais e para a área científica de Arqueologia o António Faustino de Carvalho.

– 20 Abril – Criada por despacho do Director do IPA (Despacho n.º 9/IPA/Gabinete da Direcção) uma Comissão Técnico-científica no âmbito do IPA para apoio à Equipa Projectista, composta por A. M. Baptista, A. C. Lima e T. Aubry, para «*prestar esclarecimentos solicitados pela equipa projectista, transmitir dados científicos relevantes, emitir pareceres sobre propostas do projecto de museologia...*».

– 9 de Junho – Apresentação para a Museologia do documento «*MAAVC – Anteprojecto – Programa Expositivo – 1.º Draft*».

– 15 Junho – AMB apresenta documento de análise: «15 Notas sobre o Anteprojecto do programa expositivo», que melhora o estudo apresentado.

– 20 Julho – Apresentação da Fase de Projecto de Arquitectura «Anteprojecto/Projecto Base» e para a Museologia do documento «MAAVC – Anteprojecto – Programa Expositivo – 1.º Draft». Houve contributos significativos para a Museologia, em diferentes momentos de vários técnicos do PAVC, designadamente António Batarda em 1 de Março sobre – Programa Expositivo para o MAAVC, Luís Luís em 19 de Julho sobre o contexto arqueológico da Arte proto-histórica do Vale do Côa, Marta Mendes, sobre um Serviço Educativo para o MAAVC e André Santos sobre Arte Rupestre. AMB e ACL apresentam em 21 de Julho, documento que serviu de «fio condutor» para a reunião referida a seguir.

– 21 de Julho AMB apresenta novo documento de trabalho, uma síntese essencial sobre «A Arte Paleolítica de Ar Livre do Vale do Côa»

– 1 de Agosto – Reunião de trabalho sobre a museologia com a participação da Direcção do IPA, dos 3 elementos da Comissão Técnico Científica criada em 20 de Abril, dos arqueólogos Luis Luís e André Santos e da equipa projectista, para esclarecimento de questões do programa expositivo que estava a encaminhar-se para o impasse.

– 12 Agosto – Não aprovação desta fase do projecto de arquitectura, com pareceres do IPM, do PAVC e do CNART. Quanto à Museologia, foi aceite o 1.º Draft do Programa expositivo, tendo sido pedido mais elementos para ser aprovado. Transcreve-se do relatório de apreciação: «... do Programa Museológico, não se «visualiza» nada ainda, nem em simples simulação, sobre os «Espaços Expositivos», cenários, métodos, processos. Este «vazio» cria problemas, quer a nível da própria equipa de museologia (aí sim, seria desejável algo de processo iterativo, Programa – Cenário – Técnica Expositiva), quer a nível das especialidades»...

– 31 de Agosto – Por proposta do Director do IPA, o Governo inscreve a obra do Museu como uma das três *Grandes Opções do Plano 2005-2009*, inserido no *Planeamento estratégico para a área da Cultura*, (Lei n.º 52/2005, de 31 de Agosto) do Orçamento de Estado. Ficou assim assegurada em PIDDAC, a verba da contrapartida nacional de 30% para a candidatura ao financiamento do FEDER, que se seguirá, e a obrigação do IPA dar início à obra de construção do Museu.

– 14 de Novembro – Directiva superior da Ministra da Cultura Isabel Pires de Lima, em sessão de despacho com o Director do IPA, no sentido de a DGEMN conduzir o concurso e a fiscalização da obra.

– 28 Novembro – O director geral da DGMN, Vasco Costa, remete a coordenação da obra para a DREMC. Sob a coordenação do director regional, Afonso Mira, procede em articulação com o IPA à organização e à condução das fases de Concurso público das Empreitadas, bem como da respectiva contratação e execução

em obra, tendo passado a desempenhar uma participação activa na finalização do Projecto, atendendo a que teria que apreciar e considerar capaz para Concurso, o Projecto de Execução de Arquitectura, ainda incompleto.

– 7 de Dezembro – Entrega do Anteprojecto /Projecto base de Arquitectura que recolhe pareceres do IPM e da equipa de consultores da Consulbarra, que fazem alguns reparos para rectificação.

2006

– Maio – Aprovação pela Unidade de Gestão do FEDER, da candidatura ao financiamento da obra do Museu.

– Maio – O trabalho arqueológico de campo prossegue de forma sistemática e continuada, sendo divulgado em nova publicação (ver bibliografia)

– 6 de Junho – Primeira entrega parcial do Projecto de Execução.

– 7 de Junho – Parecer do IPM, exigindo rectificações

– 20 de Julho – Entrega do Projecto de Execução para a Empreitada de construção civil

– 24 de Julho – Anuncio de abertura de concurso público para construção civil, todas as especialidades, arranjos exteriores e acessos.

– 31 de Julho – Parecer favorável do IPM (exclui a museologia)

– 31 de Agosto – A DREMC pronuncia-se pela adequabilidade dos elementos de Projecto para o lançamento do Concurso. Não se refere à Museologia.

– 15 de Setembro – Acto público de abertura das propostas do Concurso da empreitada de construção civil. Concorrem 22 empresas.

– 25 de Outubro – Autorização de adjudicação e da minuta contratual, pelo Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, João Ferrão.

– 10 de Novembro – Contrato de empreitada de Obra Pública N.º 0680602 firmado entre a DGEMN representando o Estado Português e a Firma MONTEADRIANO – Engenharia e Construção, S. A.

– 15 de Dezembro – Obtenção de VISTO do Tribunal de Contas

2007

– 8 de Janeiro – Auto de consignação dos Trabalhos, sendo o prazo contratual para a obra de 600 dias. Devido a atrasos nas subempreitadas esse prazo prolongou-se por mais 180 dias.

– 26 de Janeiro – «Lançamento da Primeira Pedra» para a construção do edifício do museu, com a participação da população local. Cerimónia organizada pelo IPA em articulação com a DREMC presidida pela Ministra da Cultura Isabel Pires de Lima e pelo Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Rui Nuno Baleiras com o envolvimento das Autoridades regionais e Autárquicas.



Museu do Vale do Côa, relações contemporâneas entre projecto, paisagem e funcionalidade. Um projecto de Pedro Tiago Pimentel e Camilo Rebelo, premiado pelo Turismo de Portugal, em 2010.

– 29 de Março – Reestruturação dos serviços da Administração central do Estado, que conduz à Extinção do IPA e da DGEMN criando o IGESPAR (Decreto-Lei n.º 96/2007). Nova alteração política.

O desmantelamento das equipas técnicas e a desorganização daí decorrente quase paralisa a fiscalização, os pagamentos contratuais, há um abrandamento na execução da obra por parte do empreiteiro, correndo-se o risco de incumprimentos dos prazos da execução financeira do IIIQCA e consequente perda das verbas atribuídas. Decorre o período de transição

– Abril – Concluído o filme documentário «Côa, o rio das mil gravuras» de Jean Luc Bouvret, iniciado 3 anos antes. Este filme premiado em vários festivais de cinema documental científico tem sido divulgado nas principais cadeias de televisão, em todo o mundo.

– 14 de Maio – O IPA cessa funções, terminando o período de transição para o IGESPAR; nesse dia a tutela é formalmente informada das dificuldades entretanto surgidas na fiscalização da obra e nas consequências do desmantelamento das equipas técnicas.

– 1 de Agosto – Despacho n.º 25/ Ministra da Cultura, cria o «Grupo de Trabalho para o Museu do VALE DO CÔA», no seio do IGESPAR, para «dinamizar todas as acções necessárias para a concretização do Museu». Formado por 4 elementos (Lúcia de Brito, Filipe Serra, Paula Silva e Fernando Real), cada um com funções específicas e a coordenação do signatário; passa a depender hierarquicamente da Direcção do IGESPAR. Vive-se um momento crítico, de incumprimento do prazo de execução financeira do FEDER, com o risco de o Projecto do Museu perder o financiamento.

– Setembro – Apresentação na Cinemateca Nacional do filme documentário «Côa, o rio das mil gravuras» de Jean Luc Bouvret, com a presença da Ministra da Cultura, do realizador e da produção Gabriel Chabanier em co-produção com a empresa LX-Filmes.

– Por determinação de JP Cunha Ribeiro, subdirector do IGESPAR, houve uma simplificação com uma reorientação do programa expositivo inicialmente pensado para o Museu. Assim, a integração do Vale do Côa numa sequência cronológico – cultural da Arqueologia regional, deu lugar a um outro programa museológico, centrado agora no património arqueológico do Vale do Côa.

– Foi reforçada a fiscalização da obra de construção do Museu com a contratação de uma assessoria técnica à firma *Cinclus, Planeamento e Gestão de Projectos, SA*. É retomado o ritmo da construção.

– *Novembro* – Celebrados Protocolos de colaboração e Contratos de prestação de Serviços com 3 Universidades Públicas: a Universidade do Minho através da Unidade de Arqueologia, ocupa-se dos conteúdos Multimédia, e Audiovisuais, A Universidade de Lisboa através do Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras trata dos conteúdos de enquadramento geo – ambiental do Território e a Universidade Nova de Lisboa, através do Departamento de Comunicação e Linguagem define e implementa a estratégia de comunicacional do Museu.

2008

– *12 de Março* – Recepção parcial do Edifício, apenas da área destinada à museologia.

Vive-se uma nova fase crítica do processo de obra, com sucessivos atrasos nas sub-empregadas.

– *14 de Maio* – Fiscalização assinala atraso da empreitada, o que impede o cumprimento do prazo contratual de 600 dias. Na sequência é elaborado um *Plano de Trabalhos de Recuperação (PTR)*. Após sucessivas reuniões de obra o empreiteiro apresenta um requerimento para prorrogar o prazo por mais 123 dias. Ponderado o assunto; o requerimento foi aceite. Prossegue a obra em fase de acabamentos, prolongando-se até ao início de 2010

– *Maio* – O trabalho arqueológico de campo prossegue de forma sistemática e é divulgado em nova publicação (ver bibliografia)

– *Julho a Setembro* – Realizados 3 novos concursos públicos para o fornecimento, montagem e colocação dos equipamentos multimédia, Equipamentos e materiais de iluminação e Fornecimento e montagem de mobiliário e dos equipamentos de museologia.

– *29 de Setembro* – Ao concurso para ao fornecimento dos equipamentos multimédia, é interposto no tribunal administrativo de Lisboa uma providência cautelar por um dos concorrentes, para impedir a adjudicação. Após disputa judicial, o concurso prosseguiu com a adjudicação à firma que o júri do concurso seleccionara.

A decisão do tribunal, que permitiu prosseguir com o concurso, foi conhecida no início de Março de 2009.

Provocou um atraso em cerca de 90 dias na instalação da museologia.

2009

– *29 de Janeiro* – Alteração política. Nova remodelação no Governo. Toma posse como Ministro da Cultura José António Pinto Ribeiro. Teve um papel importante pelo envolvimento pessoal no apoio jurídico e institucional, para obrigar o empreiteiro a recuperar parcialmente os atrasos.

– *Janeiro a Dezembro* – Decorrem durante todo o ano, as obras de construção do Edifício, dos acessos, arranjos exteriores e montagem da exposição permanente nas salas da área expositiva, recepcionada em Março de 2008. Realizados cerca de 40 procedimentos por consulta ou negociação relacionados com a montagem do sector expositivo.

– *Fevereiro* – IGESPAR edita síntese do trabalho arqueológico de campo realizado nos últimos 10 anos, por uma equipa de 25 investigadores coordenada por Thierry Aubry, nacionais e estrangeiros (ver bibliografia)

– *Outubro* – Relatório final das Unidades de gestão financeira do PIDDAC e do FEDER, onde é salientado o rigoroso controlo de custos havido.

O investimento global foi de 17.400.000€ (com IVA a 21%; inclui honorários do Projecto, prémios dos 3 primeiros classificados no concurso para o Projecto, aquisição e expropriação de terrenos, construção do edifício e acesso rodoviário, mobiliário e equipamentos de museologia, catálogos e material para a loja).

O Edifício e o acesso rodoviário ascenderam a 11.569.142,58€, suportado em 70% pelo FEDER. Cerca de 5.672.000€ destinados a honorários e à museologia, obtiveram uma comparticipação de 54% do FEDER.

A taxa de execução do FEDER foi de 100%. Não houve encargos adicionais ao orçamento previsto.

– *Dezembro* – O Igespar diligencia junto do Governo e obtém autorização da Tutela e das Finanças para contratar 10 novos elementos para reforçar a equipa do PAVC na gestão do novo equipamento, o Museu (galeria técnica, técnicos de animação cultural do serviço educativo e guias /vigilantes das exposições).

Por dificuldades internas e novas restrições impostas pelo Orçamento de Estado em 2010, os concursos para reforço dos recursos humanos não foram desencadeados pelo IGESPAR.

– *Maior* – O trabalho arqueológico de campo prossegue de forma sistemática e é divulgado em nova publicação (ver bibliografia)

2010

– *12 de Fevereiro* – Conclusão da montagem da área expositiva do Museu do Côa.

– *6 de Março* – Criação da ACÔA: Associação cívica dos Amigos do Parque e do Museu do Côa.



Perspectiva geral da área expositiva com visitantes. Em primeiro plano, quiosque multimédia, na sala F.

– 28 de Julho – Resolução de Conselho de Ministros que decide criar uma *Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa* com o objectivo de gerir de forma integrada o património arqueológico, paisagístico e cultural afecto ao PAVC, fazendo convergir «três factores de desenvolvimento sustentado, indissociáveis, no quadro das políticas europeias do século XXI – a cultura, o turismo e o ambiente».

– 29 de Julho – Inauguração do Museu do Côa, pelo Primeiro Ministro José Sócrates com a Presença da Ministra da Cultura Gabriela Canavilhas e da Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território Dulce Pássaro.

– 1 de Agosto – o Grupo de Trabalho para o Museu do Vale do Côa, criado em Agosto de 2007, cessa funções.

A gestão corrente do Museu e do Parque é assegurada pelo IGESPAR até entrar em funcionamento a *Fundação Côa Parque*, com os recursos humanos do PAVC. O director do Museu é o director do Parque Arqueológico.

A procura de visitantes é elevada e excede as expectativas iniciais.

– 1 de Agosto – A UNESCO na sua 34.^a em reunião na cidade de Brasília, classifica «como extensão do Vale do Côa» o *Sítio de Siega Verde*, importante e denso conjunto de arte paleolítica de ar livre Património da Humanidade (junto da fronteira no rio Águeda, um afluente do rio Douro em Castela e Leão – Espanha).

– 27 de Novembro – A INCM em parceria com o IGESPAR edita uma moeda de colecção, com o valor facial de 2,50€, com acabamento normal e também em prata, com acabamento *proof* (prova numismática), embalada em estojo com certificado de garantia e um limite de emissão de 5000 exemplares, incluída na série dedicada ao património mundial classificado pela UNESCO em Portugal. O grafismo da moeda é da autoria do escultor António Marinho.

– 31 de Dezembro – Alexandre C. Lima cessa funções na Direcção do PAVC; terminara a Comissão de serviço em Setembro último.

2011

– 8 de Março – É instituída a *Côa Parque – Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa* e publicados os respectivos Estatutos (Decreto-Lei n.º 35/2011).

– 22 de Março – O Governo apresenta a sua demissão ao Presidente da República, passa a Governo de gestão e suspende as nomeações para cargos públicos onde se inclui a nomeação do Conselho de Administração da *Fundação Côa-Parque*. O assunto fica adiado até entrar em funções o Governo que sair das eleições, agendadas para 5 de Junho próximo.

– 1 de Abril – A. M. Baptista é designado, em regime de substituição, director do PAVC, por despacho do director do IGESPAR. Aguarda-se a publicação desse Despacho em Diário da República.

Lisboa, 20 de Abril de 2011

GLOSSÁRIO

ACL – Alexandra Cerveira Lima

AMB – António Martinho Baptista

APAP – Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas

APOM – Associação Portuguesa de Museologia

CCB – Centro Cultural de Belém

CMVNFC – Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa

CNART – Centro Nacional de Arte Rupestre

DGEMN – Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

DGEMN/DREMC – DGEMN/Direcção Regional de Edifícios e Monumentos do Centro

EDP – empresa Electricidade De Portugal

EIA – Estudo de Impacte Ambiental

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FMP – Fernando Maia Pinto

FUNDAÇÃO – Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa ou Fundação Côa Parque

GOP – Gabinete de Organização e Projectos, Ld.^a

INMC – Imprensa Nacional Casa da Moeda

IPA – Instituto Português de Arqueologia

IPM – Instituto Português de Museus

IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico

IPPAR-DRN – IPPAR – Direcção Regional do Norte

MC – Ministério da Cultura

MNA – Museu Nacional de Arqueologia

PAVC – Parque Arqueológico do Vale do Côa

OA – Ordem dos Arquitectos

UAUM – Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho

III QCA – Terceiro Quadro Comunitário de Apoio (2000-2006)

BIBLIOGRAFIA

- AUBRY, T., coord. (2009) – *200 séculos da história do Vale do Côa: incursões na vida quotidiana dos caçadores – artistas do Paleolítico*. Lisboa: Igespar. (Trabalhos de Arqueologia; 52).
- AUBRY, T.; BAPTISTA, A. M. (2000) – Une datation objective de l'Art du Côa. *La Recherche*. Hors Série 4, p. 54-55.
- BAPTISTA, A. M. (1999a) – *No tempo sem tempo. A arte dos caçadores paleolíticos do Vale do Côa. Com uma perspectiva dos ciclos rupestres pós-glaciares*. Vila Nova de Foz Côa: Parque Arqueológico Vale do Côa. 186p.
- BAPTISTA, A. M. (1999b) – O ciclo artístico do quaternário do Vale do Côa: com algumas considerações de método sobre estilos, valorização estética e crono – estratigráfica figurativa. In CRUZ, A. R.; OOSTERBEEK, L. – 1.º Curso Intensivo de Arte Pré-Histórica Europeia. Tomo II. p. 197-278. Tomar: IPT. (Arkeos: perspectivas em diálogo; 6)
- BAPTISTA, A. M. (2008) – Aspectos da Arte Madalenense e Tardiglaciária no Vale do Côa. In LIMA, A. C.; BAPTISTA, A. M.; COIXÃO, A. S.; LUÍS, L.; RODRIGUES, M. – *Actas do Fórum Valorização e Promoção do Património Regional. Do Paleolítico à Contemporaneidade. Estudos sobre a História da Ocupação Humana em Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior*. Porto: Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão. 3, p. 14-31.
- BAPTISTA, A. M. (2009) – *O paradigma Perdido. O Vale do Côa e a Arte Paleolítica de Ar Livre em Portugal*. Vila Nova de Foz Côa: Edições Afrontamento; Parque Arqueológico do Vale do Côa. 253p.
- BAPTISTA, A. M.; GOMES, M. V. (1995) – Arte rupestre do Vale do Côa. 1. Canada do Inferno. Primeiras impressões. In *Dossier Côa*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. p. 45-118, Est. XXIX.
- BAPTISTA, A. M.; GOMES, M. V. (1997) – Arte Rupestre. In ZILHÃO, J., coord. – *Arte Rupestre e Pré-histórica do Vale do Côa. Trabalhos de 1995-1996*. Lisboa: Ministério da Cultura. p. 213-406.
- BAPTISTA, A. M.; GARCÍA DíEZ, M. (2002) – L'art paléolithique dans la vallée du Côa (Portugal): la symbolique dans l'organisation d'un sanctuaire de plein air. In SACCHI, D., ed. – *L'art paléolithique à l'air libre: le paysage modifié par l'image (Tautavel, Campôme, 7-9 octobre 1999)*. Saint-Estève: GAEP; GÉOPRE. p. 187-205.
- BAPTISTA, A. M.; SANTOS, A. T.; CORREIA, D. (2006) – Da ambiguidade das margens na Grande Arte de ar livre no Vale do Côa: Reflexões em torno da organização espacial do santuário Graveto – Solutrense na estação da Penascosa / Quinta da barca. *Côavisão*. 8, p. 156-184.
- BAPTISTA, A. M.; SANTOS, A. T.; CORREIA, D. (2008) – Estruturação da arte Graveto – Solutrense em torno do monte do Fariseu (Vale do Côa). In *Pré-história gestos intemporais. III Congresso de Arqueologia Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior. Actas das sessões, Vila Nova de Foz Côa, 17 de Maio de 2006*. Porto: Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão. 1, p. 38-61.
- BAPTISTA, A. M.; REIS, M. (2008) Prospecção da Arte Rupestre na Foz do Côa. Da iconografia do Paleolítico Superior à do nosso tempo com passagem pela II.ª Idade do Ferro. In *Pré-história gestos intemporais. III Congresso de Arqueologia Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior. Actas das sessões, Vila Nova de Foz Côa, 17 de Maio de 2006*. Porto: Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão. 1, p. 62-95
- FREITAS, J. C.; ABREU, M. A.; SANTOS, P.; BAPTISTA, A. M.; ZILHÃO, J. (2007) – For Digital Repository of Rock Art in Portugal. In FIGUEIREDO, A.; VELHO, G., editors – *The World is in your eyes. CAA2005*. Tomar: CAA Portugal. p. 193-195.
- FERNANDES, A. P. B. (2004) – O Programa de Conservação do Parque Arqueológico do Vale do Côa: filosofia, objectivos e acções concretas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7:1, p. 5-37.
- FERNÁNDEZ QUEROL, M. A.; BAPTISTA, A. M.; MONTEIRO, J. P.; LEMOS, F. S. (1975) – Moldes de Goma Líquida (Latex prevulcanizado) aplicados al estudio de los grabados rupestres. In *Actas de las I Jornadas de Metodología Aplicada de las Ciencias Historicas*. Santiago: Universidade de Santiago de Compostela 1, p. 121-124
- JORGE, V. O., coord. (1995) – Dossier Côa. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.

LUÍS, L. (2008) – A arte e os artistas do Vale do Côa. Vila Nova de Foz Côa: Parque Arqueológico do Vale do Côa; Associação de Municípios do Vale do Côa.

SEABRA, N. M., coord. editorial (2004) – Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa. Concurso para o projecto. Lisboa: LIBRUS, Publicações técnicas; Instituto Português de Arqueologia.

ZILHÃO, J., coord. (1997) – *Arte Rupestre e Pré-história do Vale do Côa. Trabalhos de 1995-1996. Relatório científico ao governo da República Portuguesa elaborado nos termos da resolução do conselho de ministros n.º 4/96, de 17 de Janeiro*. Lisboa: Ministério da Cultura.

ZILHÃO, J.; AUBRY, T.; CARVALHO, A. E.; BAPTISTA, A. M.; GOMES, M. V.; MEIRELES, J. (1997) – The Rock Art of the Côa Valley (Portugal) and its Archaeological Context: First Results of Current Research. *Journal of European Archaeology*. 5:1, p. 7-49.